

Alerta Legislação nº 32, de 03 a 08 ago. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 15.487, DE 6 DE AGOSTO DE 2026

Institui medidas de enfrentamento e repressão ao crime de violência sexual contra criança ou adolescente, inclusive no ambiente digital e com uso de inteligência artificial; e altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), o [Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941](#) (Código de Processo Penal), a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente), a [Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990](#) (Lei dos Crimes Hediondos), e a [Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013](#) (Lei de Combate ao Crime Organizado), para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais.

DECRETO Nº 13.091, DE 5 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Conselho Interministerial do Plano Brasil Soberano, de que trata o art. 3º, § 13, da [Lei nº 15.473, de 22 de julho de 2026](#).

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 18.496, DE 4 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2027.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

07/08/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 234, DE 6 DE AGOSTO DE 2026

Altera a [Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012](#), para permitir que o serviço de atendimento pré-hospitalar dos corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal perceba emendas parlamentares destinadas às ações e serviços públicos de saúde.

LEI Nº 15.487, DE 6 DE AGOSTO DE 2026

	Institui medidas de enfrentamento e repressão ao crime de violência sexual contra criança ou adolescente, inclusive no ambiente digital e com uso de inteligência artificial; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (Lei de Combate ao Crime Organizado), para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais. <u>LEI Nº 15.486, DE 6 DE AGOSTO DE 2026</u> Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para prorrogar o prazo de aplicação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e às instituições sem fins lucrativos; e dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 38 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.
06/08/2026	<u>LEI Nº 15.485, DE 5 DE AGOSTO DE 2026</u> Altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para dispor sobre a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT) e sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e dá outras providências. Mensagem de veto. <u>DECRETO Nº 13.091, DE 5 DE AGOSTO DE 2026</u> Institui o Conselho Interministerial do Plano Brasil Soberano, de que trata o art. 3º, § 13, da Lei nº 15.473, de 22 de julho de 2026.
04/08/2026 (Ed. extra)	<u>LEI Nº 15.484, DE 4 DE AGOSTO DE 2026</u> Regulamenta o regime de relevância das questões de direito federal infraconstitucional para admissão dos recursos especiais no Superior Tribunal de Justiça e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). <u>LEI Nº 15.483, DE 4 DE AGOSTO DE 2026</u> Inscreve o nome de Frei Orlando no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. <u>LEI Nº 15.482, DE 4 DE AGOSTO DE 2026</u> Cria a Rota Turística do Vale da Felicidade, no Estado do Rio Grande do Sul.
03/08/2026	<u>LEI Nº 15.481, DE 31 DE JULHO DE 2026</u> Altera o § 4º do art. 4º da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, a fim de estabelecer requisitos para parceria e intercâmbio dos pontos e pontões de cultura com os estabelecimentos de ensino da educação básica.

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) <u>PORTARIA GSI/PR Nº 167, DE 3 DE AGOSTO DE 2026</u> Estabelece critérios e orientações para a execução de programações de interesse nacional ou regional financiadas por emendas parlamentares, especialmente emendas de comissão permanente (RP 8), no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para os exercícios financeiros de 2026 e 2027.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEC Nº 658, DE 4 DE AGOSTO DE 2026</u> Regulamenta o art. 4º, inciso VII, e o art. 21 do Decreto nº 13.048, de 3 de julho de 2026, que estabelece os critérios e os procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos servidores ocupantes dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) → Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 12, DE 5 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre os critérios para a caracterização da aplicação dos recursos destinados à garantia de acesso à internet, com fins educacionais, no âmbito da Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 413, DE 5 DE AGOSTO DE 2026</u> Torna pública a relação das Instituições de Educação Superior (IES) que não preencheram o Censo da Educação Superior 2025 e não apresentaram justificativa para o não preenchimento.
Ministério da Fazenda	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS <u>PORTARIA CARF/MF Nº 2.324, DE 5 DE AGOSTO DE 2026</u> Institui a Política Antissuborno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MIDR Nº 2.458, DE 30 DE JULHO DE 2026</u> Define procedimentos para o envio de alertas à população sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, em articulação com os órgãos e entidades estaduais, distrital e municipais de proteção e defesa civil, para a utilização da Interface de Divulgação de Alertas Públicos - Idap, e para a certificação e uso do Defesa Civil Alerta - DCA.

Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MJSP/MRE Nº 66, DE 30 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a concessão de visto temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária a nacionais afegãos e a pessoas apátridas, e sobre o processamento de beneficiários vinculados ao Edital de Chamamento Público MJSP nº 1/2024. POLÍCIA FEDERAL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF Nº 340, DE 31 DE JULHO DE 2026</u> Disciplina os procedimentos de autorização, controle e fiscalização dos serviços especializados e orgânicos de segurança privada, dos profissionais de segurança privada e dos planos de segurança dos estabelecimentos das instituições financeiras. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF Nº 338, DE 29 DE JULHO DE 2026</u> Disciplina a fiscalização e o controle dos produtos químicos listados na Portaria MJSP nº 204, de 21 de outubro de 2022.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.037, DE 5 DE AGOSTO DE 2026</u> Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 957, de 30 de dezembro de 2024, que dispõe sobre os critérios para indicação de um medicamento como de referência, os procedimentos para inclusão e exclusão de medicamentos na Lista de Medicamentos de Referência. → 4ª Diretoria → → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.055, DE 4 DE AGOSTO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.052, DE 4 DE AGOSTO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...) SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 51, DE 31 DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de ampliar o uso, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, do teste de detecção molecular qualitativa do <i>Mycobacterium leprae</i> por meio da técnica de reação em cadeia da polimerase em tempo real com amostra de raspado intradérmico ou biópsia de pele ou de nervo para auxiliar o diagnóstico de hanseníase em casos suspeitos, sendo ou não contato. Ref.: 25000.081254/2025-16.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA <u>PORTARIA SAF/MDA Nº 372, DE 6 DE JULHO DE 2026</u> (*) Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia. (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 147, de 6-8-2026, Seção 1, pág. 82, com incorreção no original.
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 331, DE 6 DE AGOSTO DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal; de Encargos Financeiros da União; e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 299.626.319,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO CFM Nº 2.466, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a obtenção de consentimento para a realização de necropsia anatomoclínica pelos serviços de patologia de estabelecimentos de saúde.
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
06/08/2026	<u>DECRETO Nº 70.783, DE 5 DE AGOSTO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014 , que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da administração direta e autárquica.
05/08/2026	<u>LEI Nº 18.496, DE 4 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2027.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA INTERSECRETARIAL SEDUC/SCTI Nº 1, DE 29 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho Intersecretarial visando à implementação do sistema de transporte escolar, e dá outras providências.

Controladoria Geral do Estado (CGE)	GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CGE Nº 019, DE 31 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a entrega da apresentação das declarações de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza pelos agentes públicos. (...) Artigo 1º - Prorrogar, até o dia 29 de setembro de 2026, o prazo final para a entrega das declarações de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza pelos agentes públicos, referente ao ano-calendário 2025, exercício 2026, no sistema eletrônico administrado pela Controladoria Geral do Estado - SPPatri. (...)
Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS Nº 24/2026</u> Dispõe sobre procedimentos para atuação do Sistema Único de Assistência Social nas situações de emergência e calamidade pública e institui estratégias coordenadas de ação e parâmetros para o cofinanciamento e a oferta de serviços e benefícios socioassistenciais no Estado de São Paulo.
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA DGEP-07, DE 29-07-2026</u> Divulga o índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota, a que se refere o artigo 16 da LC 1.059/2009, alterado pela LC 1.296/2017.
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 34, DE 29-07-2026</u> Institui o <i>Marketplace.SP</i>, plataforma pública estadual destinada à operacionalização das hipóteses de contratação por meio de credenciamento previstas nos incisos I a IV do artigo 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 35, DE 30 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Grupo de Estudos e Pesquisas em Licitações e Contratações Públicas, no âmbito do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo ("PGE-JurisLicita"), com a finalidade de promover estudos, pesquisas e propostas voltados ao aprimoramento da atuação institucional da Procuradoria Geral do Estado e da Administração Pública estadual em matéria de licitações e contratações públicas.

Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
07/08/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 778/2026, DE 07/08/2026</u> Dispõe sobre a equiparação da pessoa acometida pela Doença de Alzheimer à pessoa com deficiência e institui o cordão de fita roxa como símbolo da doença de Alzheimer.
06/08/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 777/2026, DE 06/08/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a promover a absorção dos empregados atuais da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM das Linhas 10 - Turquesa, 11 - Coral, 12 - Safira e 13 - Jade por órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 776/2026, DE 06/08/2026</u> Institui a Política Estadual de Responsabilidade Climática, estabelece diretrizes para adaptação às mudanças climáticas, redução de vulnerabilidades, transparência e planejamento climático no Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 775/2026, DE 06/08/2026</u> Estabelece mecanismos de transparência ativa, rastreabilidade, prestação de contas e controle social dos recursos públicos empregados em situações de emergência e calamidade no Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 773/2026, DE 06/08/2026</u> Estabelece diretrizes e deveres mínimos de resposta imediata dos órgãos públicos estaduais diante de alertas oficiais relacionados a eventos climáticos extremos e situações de desastre, visando à proteção da vida, da saúde, da segurança e do patrimônio da população no Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 770/2026, DE 06/08/2026</u> Institui o Programa Estadual de Localização de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Doença de Alzheimer, denominado Programa Localiza SP, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 769/2026, DE 06/08/2026</u> Dispõe sobre a apuração de condutas omissivas na gestão de riscos, desastres e emergências climáticas no âmbito da Administração Pública Estadual e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 768/2026, DE 06/08/2026</u> Institui o Programa Meu Diploma, Minha Conquista. PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/2026, DE 06/08/2026</u> Institui o Prêmio Padre Ticão Fé e Ciência PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22/2026, DE 06/08/2026</u>

	Aprova a indicação de nome para integrar o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.
05/08/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 767/2026, DE 05/08/2026</u> Declara a caducidade do contrato de concessão firmado entre o Estado de São Paulo e a Trivia Trens S.A, em razão do descumprimento contratual relativo às cláusulas 65.3.2 e 65.3.7. <u>PROJETO DE LEI Nº 766/2026, DE 05/08/2026</u> Institui o Programa Escola Cívica na Infância no Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 765/2026, DE 05/08/2026</u> Institui normas para garantir alimentação segura aos pacientes com doença celíaca internados em hospitais públicos, privados e filantrópicos no Estado de São Paulo e dá outras providências.
04/08/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 763/2026, DE 04/08/2026</u> Dispõe sobre a proibição de diferenciação de preços por razões de gênero, estabelece o Programa Estadual de Combate e Eliminação da Prática Comercial "<i>Pink Tax</i>" (Taxa Rosa) no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 762/2026, DE 04/08/2026</u> Veda a publicidade, a promoção e a divulgação de empresas de apostas de quota fixa (<i>bets</i>), plataformas de conteúdo adulto, serviços de acompanhantes e empresas de intermediação de entretenimento sexual em ambientes de acesso coletivo frequentados por crianças e adolescentes no Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 760/2026, DE 04/08/2026</u> Dispõe sobre a proibição de publicidade e propaganda de apostas de quota fixa, jogos de apostas e plataformas de apostas esportivas em bens, espaços, equipamentos, veículos, eventos e canais de comunicação pertencentes ou administrados pelo Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 759/2026, DE 04/08/2026</u> Institui o Dispositivo de Conexão Física (DCF) como medida de proteção à incolumidade física de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos do neurodesenvolvimento em situações de risco iminente de deslocamento não acompanhado e dá outras providências.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)

05/08/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica, nos termos das instruções vigentes, a relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que sofreram penas em procedimentos licitatórios, contratações, chamamentos públicos ou celebração de parcerias de que participaram, no(s) órgão(s) a seguir indicado(s). (...)
04/08/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 39/2026</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA aos órgãos e entidades jurisdicionados que se encontra disponível, no Portal Institucional desta Corte, material sobre o Sistema de Registro de Preços, elaborado com a finalidade de orientar a correta aplicação da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das diretrizes fixadas por este Tribunal sobre a matéria. Esse material foi elaborado em consonância com a Deliberação aprovada pelo Egrégio Tribunal Pleno, em Sessão realizada em 1º de julho de 2026 e disponibilizada no DOE-TCESP de 8 de julho de 2026, e consolida orientações destinadas a conferir maior segurança jurídica e uniformidade aos procedimentos relacionados ao Sistema de Registro de Preços. Além de abordar aspectos relativos à instituição e à operacionalização do Sistema de Registro de Preços, a produção apresenta orientações específicas acerca da participação de consórcios públicos, da constituição e gerenciamento de atas de registro de preços, da adesão por órgãos e entidades não participantes, bem como de outras questões relevantes para a adequada condução das contratações públicas. A iniciativa tem por objetivo apoiar os jurisdicionados na correta aplicação da legislação vigente e da jurisprudência desta Corte, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para a observância dos princípios que regem a Administração Pública e servirá de subsídio às ações da fiscalização. O material poderá ser consultado e obtido no Portal Institucional do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no endereço eletrônico https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/sistema-registro-precos . Publique-se. São Paulo, 3 de agosto de 2026. CRISTIANA DE CASTRO MORAES PRESIDENTE COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 40/2026</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal: (...)

--	--

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>